

AS CONDIÇÕES DE VIDA, TRABALHO, SAÚDE E EDUCAÇÃO DOS CORTADORES DE CANA

Fernanda Valeria do Nascimento Borba (UFAL)
fernanda_lela@hotmail.com

Edna Bertoldo (UFAL)
edna_bertoldo@hotmail.com

Simone da Costa Silva (UFAL)
mo.nec.ri@hotmail.com

Maria Fernanda da Silva (UFAL)
mariafernandaal@ibest.com.br

Eixo temático: Educação, Trabalho e Juventude

Resumo

O artigo analisa os impactos da reestruturação produtiva sobre os trabalhadores cortadores de cana. A pesquisa verificou que no setor sucroalcooleiro, as condições de vida, trabalho, saúde e educação dos cortadores de cana pouco se modificaram, pois estes continuam submetidos a condições degradantes de trabalho, saúde e com baixos índices de escolaridade. Com base em Mészáros (2002), percebeu-se os limites do Estado na resolução das contradições da relação capital-trabalho, bem como os insolúveis problemas enfrentados pelos trabalhadores da cana, porque enquanto comando político abrangente do sistema do capital, o Estado possui apenas uma autonomia relativa em relação à economia, não podendo sozinho solucionar os conflitos permanentes que derivam daquela relação.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Cortador de cana. Estado.

Abstract

The article analyzes the impact of restructuring on employees productive cane cutters. The research found that the sugar cane industry, living conditions, work, health and education of cane cutters have changed little since they are still subject to degrading conditions of labor, health and low levels of schooling. Based on Mészáros (2002), realized the limits of the state in resolving the contradictions of capital-labor relation, and the intractable problems faced by sugarcane workers, because as command-inclusive p abstratolitical system of the capital, the state has only relative autonomy in relation to the economy, can not alone solve the ongoing conflicts that derive from that relationship.

Keywords: Economic restructuring. Cane cutter. State.

Introdução

O presente artigo busca na historicidade brasileira e alagoana o processo de gênese e desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar com o objetivo de analisar os impactos do processo de reestruturação produtiva sobre os trabalhadores cortadores de cana, levando em consideração sua escolaridade. Analisamos no contexto da realidade alagoana o acentuado grau de degradação das condições e relações de trabalho. Porém, a presente pesquisa enfrenta uma problemática: A força de trabalho que constitui a base de crescimento da indústria sucroalcooleira, em particular, os cortadores de cana, foi beneficiada pelo crescimento e modernização das usinas? Melhor dizendo, as condições de vida, trabalho e educação dos trabalhadores rurais cortadores de cana também evoluíram com o processo de modernização das agroindústrias? Qual a relação entre o processo de reestruturação do setor sucroalcooleiro e a escolaridade do trabalhador cortador de cana? Para a exposição dos resultados desta pesquisa este trabalho encontra-se organizado de forma a contemplar os seguintes aspectos: o processo histórico da cana-de-açúcar no Brasil e em Alagoas, e a reestruturação produtiva, a relação entre mercado de trabalho e educação, a escolaridade dos cortadores de cana e as condições de saúde do trabalhador, bem como os limites do Estado na resolução das contradições da relação capital-trabalho e os insolúveis problemas enfrentados pelos trabalhadores da cana. A análise do conjunto destes aspectos possibilitou uma compreensão mais ampla do trabalho no setor canavieiro na sociedade atual e a relação com a educação.

1 Processo histórico da cana-de-açúcar no Brasil e em Alagoas

A partir do estudo da obra de Andrade (1997), foi possível compreender quem foram os trabalhadores que se empregaram no corte da cana no início e no posterior desenvolvimento desta cultura em nosso território. Foi a cultura da cana-de-açúcar que determinou o povoamento das capitanias, que se deu com grande dificuldade, principalmente pela resistência dos indígenas à desapropriação. Segundo Andrade (1997, p. 15), “Só a partir de 1530 é que Portugal temendo perder o controle da terra de Santa Cruz resolveu desenvolver uma política de povoamento, dividindo o Brasil em capitanias hereditárias”. Esse povoamento foi realizado nas três últimas décadas do século XVI com Cristovão Linz, fidalgo alemão que fundou cinco engenhos nos vales do Manguaba e do Camaragibe.

Os indígenas e os negros de Guiné foram escravizados, mas com o desaparecimento dos índios, mortos nas guerras ou aqueles que emigravam para o sertão, restaram aos negros, à escravaria. Segundo Andrade:

A sociedade era muito hierarquizada, e o senhor de engenho era praticamente um chefe militar, tendo que se manter armado e alerta, com dependentes armados, a fim de resistir às revoltas dos negros e ao ataque dos quilombos, sobretudo depois que os quilombos da Serra da Barriga se multiplicaram. (1997, p. 22).

Com a abolição (1888), sem indenização, a força de trabalho escrava praticamente não existia e os engenhos foram abalados economicamente, restando aos escravos libertos tornarem-se moradores do engenho, pois não havia grandes áreas de terra próximas aos canaviais. Segundo Andrade:

Na verdade, a abolição concedeu ao negro a sua liberdade e o fez sem indenizar o proprietário, desrespeitando o direito de propriedade; mas a ela não se seguia uma política que transformasse o escravo em cidadão. Havia projetos de distribuição de propriedades nas margens dos rios navegáveis e das ferrovias, para transformá-los em agricultores, propostas de reforma agrária e de democracia rural, defendidas, respectivamente, por Joaquim Nabuco e André Rebouças, mas o Ministério de 10 de março logo foi derrubado, e o negro ficou sem uma rota, sem um caminho que o levasse à cidadania. (1997, p. 28).

O morador foi transformado à condição de trabalhador assalariado. Os antigos moradores que foram desapropriados dos seus sítios passaram a residir nos centros urbanos, tornando-se prestadores de serviços e trabalhadores alugados, quando a usina e os engenhos necessitavam de sua força de trabalho de forma mais restrita.

Esse processo de proletarização se tornaria mais agudo na década de setenta, quando surgiram as grandes usinas que produziam mais de um milhão de sacos por safra. O impacto sobre o espaço produzido foi forte na formação de centros urbanos característicos, que eram habitados, sobretudo por trabalhadores de cana. (Ibidem, p. 68).

A expansão do cultivo da cana nos tabuleiros foi responsável pelo desalojamento dos pequenos produtores que viviam nas terras das usinas ou engenhos, que eram despedidos ou transformados em trabalhadores assalariados, como também de pequenos proletários e posseiros que eram pressionados a venderem suas terras, instalando-se nos centros urbanos.

Tudo isto contou com o apoio estatal, que recebeu recursos financeiros para a expansão da cana-de-açúcar, conforme observação de Andrade:

Alagoas foi o Estado do Nordeste que recebeu maiores benefícios do PROÁLCOOL, como fora também do Programa de racionalização da Indústria Açucareira. Para isso contribuiu, sobretudo, a quantidade de terras subutilizadas, por onde os canaviais se expandiram, afastando as culturas de subsistência, de baixo rendimento, e feitas por pequenos produtores, e as áreas ociosas e de florestas. (ANDRADE, 1997, p. 124).

A realidade atual não é tão diferente daquela do século XIX, pois a força de trabalho ainda permanece com as mesmas marcas de desvalorização e precarização, com baixos salários (que depende do quanto se produz), explorada pelo capitalista, mediante trabalhos exaustivos, em uma jornada de 10 horas diárias, enorme desgaste físico e ambientes desconfortáveis (sol e calor excessivo). “Eles dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho e estão à disposição dos grandes proprietários” (HEREDIA, 1989, p. 195).

2 O processo de reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro

O processo de reestruturação produtiva pelo qual vem passando a indústria brasileira, bem como suas consequências no setor sucroalcooleiro e, principalmente, os efeitos desta para o trabalhador empregado no corte da cana.

Há pelo menos três décadas, as modificações que ocorreram nas sociedades capitalistas são decorrentes da crise iniciada na década de 1970, que afetou tanto os aspectos materiais quanto a subjetividade do trabalho. Segundo Antunes,

Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser*. (1995, p. 15, grifo do autor).

O padrão dominante taylorismo/fordismo, que se configurou nos anos 1930 até a década de 1970, deu sinais de crise como manifestação da crise estrutural do capital, principalmente com a decrescente taxa de lucros. Como resposta ao padrão dominante iniciou-se a reestruturação produtiva, que teve suas primeiras experiências na Suécia, na Itália e no Japão.

No Brasil, no final da década de 1970 e início de 1980, as empresas precisavam atingir um padrão de qualidade para permanecerem na competitividade nacional e internacional. Dessa forma, era imprescindível inovar a tecnologia utilizada com novas técnicas de produção, tendo como base o modelo japonês, chamado toyotismo.

Por isso não temos dúvida em enfatizar que a *ocidentalização* do toyotismo (eliminados os traços singulares da história, cultura, tradições que caracterizam o Oriente japonês) conformaria em verdade uma decisiva aquisição do capital contra o trabalho. (ANTUNES, 1995, p. 33, grifo do autor).

Emergindo dessa forma o trabalho tornou-se precarizado nas suas mais diversas formas (terceirizados, temporários, dupla jornada de trabalho feminino, entre outras) fundamentado pela ideologia do toyotismo.

Ao analisar a sua constituição histórica, alguns estudiosos, a exemplo de Alves, admitem que o processo de reestruturação produtiva em nosso país toma impulso a partir dos anos de 1990, cujo objetivo “é instaurar, de modo sistêmico, a acumulação flexível no Brasil” (ALVES, 2000, p. 202).

Com a acumulação flexível a produção capitalista torna-se descentralizada e segmentada, sendo caracterizada pela presença do velho e do novo: “No espaço da produção de mercadorias, articulam-se dimensões ‘modernas e arcaicas’ ”(Ibidem, 2000, p. 203). Isto é visível na agroindústria canavieira, onde o arcaico e o moderno caminham lado a lado, constituindo assim um novo trabalhador vinculado a um precário mundo do trabalho.

Segundo Santos (2009, p.48), “Independentemente do processo produtivo, no país imperialista ou no país dito ‘subdesenvolvido’, reforçamos que será sobre a força de trabalho como um todo que recairá o ônus da reestruturação”.

Depois do período em que foi deflagrada uma crise estrutural (década de 1970), o capital teve de desenvolver formas de minimizar seus efeitos devastadores e encontrar maneiras de aumentar os lucros. Parte considerável da solução encontrada para a reestruturação dos processos produtivos foi à *substituição*¹ do trabalho humano pelo trabalho de máquinas e, assim, reduzindo os custos com a força de trabalho. Sobre isto, Scopinho et.al. consideram que:

a mecanização do corte da cana representa um importante passo na direção da subordinação real da agricultura à indústria sucroalcooleira, inclusive podendo a primeira adotar o ritmo intenso e quase ininterrupto de funcionamento da segunda, ou seja, 24 horas por dia durante a safra. Para os capitalistas, a intensificação do ritmo de trabalho na lavoura canavieira significa aumento da produtividade do trabalho com melhoria da qualidade da matéria-prima, diminuição de custos de produção e maior agilidade na amortização do capital investido em inovações tecnológicas. Já para os trabalhadores rurais, a intensificação do ritmo de trabalho pode significar a deterioração da saúde e da segurança no trabalho. (2010, p. 11).

¹Isto não significa dizer que o trabalho desapareceu, mas apenas se deu uma diminuição na absorção da força de trabalho.

Segundo Marx, a maquinaria é meio para produção da mais-valia, pois barateia a mercadoria, encurta o tempo do dia de trabalho de que necessita o trabalhador para si mesmo e amplia a parte que ele fornece gratuitamente ao capitalista.

Com a maquinaria também se reduziu a jornada de trabalho e essa redução impõe ao trabalhador mais dispêndio de força de trabalho. Com um maior desenvolvimento das máquinas o trabalhador passa a ter uma maior quantidade de trabalho, o capitalista perde em duração do tempo, mas ganha em eficácia, pois induz ao trabalhador o emprego de mais força de trabalho. Segundo Marx:

A redução da jornada cria de início a condição subjetiva para intensificar o trabalho, capacitando o trabalhador a empregar mais força num tempo dado. Quando essa redução se torna legalmente obrigatória, transforma-se a máquina nas mãos do capital em instrumento objetiva e sistematicamente empregado para extrair mais trabalho no mesmo espaço de tempo. É o que se obtém de duas maneiras: aumentando a velocidade da máquina e ampliando a maquinaria a ser vigiada por cada trabalhador, ou seja, seu campo de trabalho. É necessário aperfeiçoar a construção das máquinas para exercer maior pressão sobre o trabalhador. Aliás, esse aperfeiçoamento corre paralelo com a intensificação do trabalho, pois a redução da jornada força o capitalista a administrar da maneira mais severa os custos de produção. (2008, p. 470).

A maquinaria reduz o trabalhador à mera ferramenta parcial, apresentando-se ao lado do processo de trabalho. Com o desenvolvimento da indústria, como no caso da agroindústria sucroalcooleira a riqueza gerada depende cada vez menos do tempo de trabalho, dependendo mais da capacidade de produção dos trabalhadores; durante o processo de trabalho, a máquina controla o ritmo do trabalho humano nela aplicado.

Todas as formas de elevação da produtividade do trabalho humano, com o auxílio da máquina, constituem-se numa prática capitalista, degradando, subordinando e despersonalizando cada vez mais o trabalhador. A utilização capitalista da maquinaria gera contradições inseparáveis que não é decorrente dela, mas sim da utilização do modo de produção capitalista, onde as desigualdades sociais são cada vez mais mantidas e ampliadas.

o desenvolvimento técnico nos impele para uma situação na qual pode desaparecer a divisão de trabalho até hoje dominante, que mutila o homem, e com ela todos os seus tormentos, sendo o seu lugar ocupado pelo trabalho como ocupação livre das forças físicas e intelectuais. (ROSDOLSKY, 2001, p. 356).

No caso da indústria sucroalcooleira, tal medida se materializou, entre outros aspectos, na mecanização do corte da cana, em que uma máquina colheitadeira pode realizar o mesmo trabalho desenvolvido por até cem homens. As usinas de médio e grande porte (como

a usina por nós pesquisada) já estão lançando mão deste recurso, objetivando a redução de custos com os salários pagos aos cortadores de cana.

Constatamos que nessa usina existem quatro máquinas colheitadeiras que são utilizadas no corte da cana, sendo que cada uma delas substitui cem cortadores de cana, o que resultou na substituição de um total de quatrocentos trabalhadores. A colheitadeira, que é sempre acompanhada por um trator, corta a cana e carrega o caminhão; possui cabine climatizada e seu corte é sempre plano, ficando os terrenos acidentados para o corte manual. A usina possui máquinas de carregamento: 15 carregadeiras Bel que embola a cana de um terreno acidentado para um plano; 12 carregadeiras convencionais que transporta a cana de um local plano para o caminhão; também possui um total de 26 caminhões que fazem o transporte da cana.

Com o corte mecanizado, conferimos que os cerca de cem trabalhadores antes empregados no corte manual, são substituídos por uma máquina que requer apenas um trabalhador para operá-la. Deste trabalhador é exigido um grau maior de escolarização do que aquele encontrado entre os cortadores de cana, sendo necessário que o operador tenha o ensino médio, disponha de carteira de motorista e domine as noções de informática.

É de se esperar que ao menos aquele trabalhador selecionado para operacionalizar a máquina colheitadeira tenha uma condição de trabalho melhor que os cortadores de cana. Entretanto, analisando os dados de uma pesquisa feita por pesquisadores da escola de enfermagem de Ribeirão Preto (SP), Bernardes (2010) esclarece que mesmo no trabalho de operador de máquinas colheitadeiras há graus de precarização e exploração do trabalho.

A pesquisa, realizada com 16 operadores de máquinas de uma grande usina no interior do Estado, a qual resultou na tese de doutorado de uma enfermeira, demonstrou a existência de problemas neste novo posto de trabalho em relação à carga horária, uma vez que as máquinas trabalham 24 horas por dia e os operadores têm que se revezar em turnos de dez horas de trabalho; problemas psicológicos, derivados da atenção e concentração excessiva que os trabalhadores devem direcionar para aspectos como temperatura da máquina, sistema de ventilação, a posição das lâminas de corte, alinhamento da colheitadeira com o caminhão de transbordo, que recolhe a cana cortada. Tudo isso gera tensão mental, fadiga e estresse. Segundo Bernardes,

no estado de São Paulo existem metas para o fim do corte manual de cana até 2017. 'A substituição está em curso, mas o que ocorre é que as usinas têm empregado menos cortadores a cada ano, sem fazer nenhum tipo de qualificação desses trabalhadores para o trabalho mecanizado', destaca. 'Ao mesmo tempo que há carência de operadores de máquinas, os antigos cortadores voltam desempregados

para suas regiões de origem, que sofrem o agravamento de problemas sociais e econômicos'. (2010, p. 02).

Para acumular mais riqueza em menos tempo e obter cada vez mais lucros, o capital faz uso da tecnologia, o que possibilita a diminuição quantitativa do trabalho, criando o que se chama desemprego estrutural.²

3 O discurso da empregabilidade e a escolaridade dos cortadores de cana

O discurso ideológico da empregabilidade transfere para o trabalhador toda responsabilidade por sua permanência ou não no mercado de trabalho. Na atual ordem capitalista o próprio trabalhador torna-se responsável pelo seu crescimento e qualificação profissional, cabendo ao trabalhador conseguir um trabalho e manter-se competitivo nesse mercado. Segundo Freres (2008, p. 63), “A lógica de responsabilizar os indivíduos por estarem ou não empregados esconde de todos que sua condição é decorrente do tipo de organização social baseada na exploração do homem pelo homem”. O trabalhador precisa ter uma contínua formação/qualificação, para não ser excluído do novo mercado de trabalho.

Os salários e o nível educacional dos trabalhadores da cana, embora sejam menos precários do que os registrados há décadas atrás, continuam baixos e insuficientes. A renda média mensal de um trabalhador empregado nos canaviais não supera os R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), sendo complementada com o bolsa família. O grau de escolaridade gira em torno do Ensino Fundamental Incompleto (SILVA; SILVA, 2009), o que equivale a 68,2 % dos trabalhadores do corte da cana por nós entrevistados. As escolas próximas as suas casas só oferecem até o ensino fundamental e mesmo que venham a concluir o ensino fundamental ficaria difícil a continuidade dos estudos, após uma exaustiva jornada de trabalho diária, principalmente em uma escola localizada longe de suas casas. Esses trabalhadores começam no corte da cana em média dos 7 a 22 anos de idade, ou seja, justamente no período em que deveriam estar frequentando a escola.

Observa-se um total descaso com a escolaridade desses trabalhadores, tanto que não encontramos nenhuma referência direta e específica na legislação, que objetive a escolarização dos cortadores de cana, seja pelo Estado, pelos movimentos sociais ou mesmo pela educação do campo e menos ainda alguma iniciativa da agroindústria canavieira; esta última nunca se interessou verdadeiramente pela escolarização dos cortadores de cana.

² Aquele em que a vaga do trabalhador foi substituída por máquinas ou processos produtivos mais modernos. Aquele trabalho executado por dezenas de trabalhadores agora só necessita de um operador, ou melhor, dezenas de empregos transformaram-se em apenas um.

Segundo Bertoldo (2008, p. 11), “A miséria da educação é consequência do capitalismo de nossos dias, desse sistema que se sustenta da exploração da classe trabalhadora que, apesar de produzir a riqueza do país, dela não se apropria”.

A pesquisa de Silva e Silva (2009) realizada com os cortadores de cana numa usina situada na mesorregião leste de Alagoas, no período da safra 2008/2009, apontou que dos sessenta e seis trabalhadores entrevistados, 19 são analfabetos; 46 possuem o ensino fundamental incompleto; apenas 01 possui o ensino médio incompleto; nenhum deles possui o ensino médio completo e nenhum possui curso superior. Diante dos resultados obtidos, as autoras comentam:

Não podemos deixar de acentuar [...] que a atual ideologia da empregabilidade vem apregoando a ideia de que o sujeito que tem acesso ao conhecimento e à qualificação, será de forma direta inserido no mercado de trabalho. É preciso ter claro a situação dos dias hodiernos, em que percebemos um mercado de trabalho em que não há uma relação direta e certa entre escolaridade e empregabilidade, visto que há um grande número de pessoas desempregadas mesmo dispondo de algum grau de escolaridade e de qualificação. (SILVA; SILVA, 2009, p. 48).

Em relação às políticas públicas governamentais, segundo constatação de alguns autores, (Bertoldo (2009), Mészáros (2002), Santos (2009)), elas excluíram o trabalhador rural e beneficiaram os proprietários das usinas, gerando uma maior concentração de renda em suas mãos. Mesmo com o fim da escravidão os trabalhadores continuaram enfrentando condições precárias de vida: com o uso das novas tecnologias, acabam sendo expulsos do trabalho; e mediante a baixa escolaridade, restam-lhes poucas oportunidades para buscar outras formas de sobrevivência.

Por mais que os trabalhadores rurais lutem por seus direitos, estes só se concretizarão a partir dos limites impostos pelo sistema capitalista, uma sociedade baseada no antagonismo entre trabalho e capital, proprietários e não proprietários. Para Mészáros (apud BERTOLDO, 2009, p. 153), a superação dessa contradição entre trabalho e capital só terá sentido com a própria dissolução do capital: “[...] embora seja função da política contribuir para o processo revolucionário, é necessário reconhecer os seus limites. Estes se dão exatamente porque se trata de uma categoria circunscrita ao âmbito do capital”.

4 Condições de saúde do trabalhador

Em se tratando das condições de saúde do trabalhador rural empregado no corte da cana, tendo em vista a forma como o trabalho se dá, são altos os índices de morte entre estes

trabalhadores, sendo um dos acidentes mais comum no local de trabalho o corte com o facão, recorrendo ao posto de saúde quando estão com algum problema de saúde.

O salário do trabalhador está diretamente relacionado com a quantidade de cana cortada por dia, configurando uma forma desumana e perversa de remuneração, já que é a força de trabalho despendida pelo trabalhador que vai garantir seu ganho. O ganho oriundo do trabalho vai depender ainda do valor atribuído pela usina ao metro de cana cortado, processo sobre o qual o trabalhador não tem nenhum controle. Isto gera constantes conflitos entre trabalhadores e industriais.

O trabalho duro debaixo de sol e calor fortes, exposto à fumaça e fuligem provenientes da queima da cana requer mais do que força do trabalhador; é preciso destreza e resistência física para suportar tão degradante e exaustiva condição de trabalho.

Como se não bastasse todo esse gasto de energia sob sol forte, as vestimentas e calçados usadas pelo trabalhador (botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote, também de brim, luvas de raspa de couro, óculos e chapéu ou boné) são bastante pesados e o calor faz com que os trabalhadores suem demasiadamente, o que gera desidratação e perda de sais minerais. Estes fatores podem desencadear câimbras, dores fortes, problemas de coluna, gástricos e até convulsões. Algumas usinas, como é o caso da que visitamos, oferecem aos trabalhadores alguns suplementos alimentares para minimizar os efeitos da desidratação e repor os sais minerais perdidos ao longo do processo de trabalho.

Os trabalhadores, em sua maioria, não têm outra opção a não ser a permanência no corte da cana. E, submetidos à tão degradante ritmo de trabalho, não é surpresa que muitos deles não resistam e morram dentro mesmo dos canaviais.

Considerações finais

A cultura da cana-de-açúcar no Brasil determinou o povoamento das capitâneas, facilitando uma melhor compreensão para origem e o desenvolvimento da cana-de-açúcar no Brasil e em Alagoas.

Apesar da modernização do setor sucroalcooleiro, as condições de vida, trabalho, saúde e escolaridade dos trabalhadores rurais em quase nada foram modificadas, pois continuam submetidos a condições degradantes de trabalho (condições de desgaste físico e jornada de trabalho excessiva) e com baixos índices de escolaridade, onde o acesso à escola continua sendo negado aos cortadores de cana. O baixo índice de escolarização é considerado

um problema do próprio trabalhador, e não um problema da sociedade. Em decorrência, ele acaba sendo culpabilizado pela sua pouca escolaridade e por sua não inserção ou inserção precária no trabalho.

O processo de industrialização alcançou o corte da cana, onde máquinas colheitadeiras substituem o trabalho de cem homens, tendo como resultado a demissão em massa desses trabalhadores e sendo um negócio lucrativo para os usineiros que não precisam pagar salário a vários trabalhadores, apenas faz-se necessário contratar um trabalhador que estará no controle da máquina.

Na Antiguidade e na Idade Média, o trabalho se apresentava como castigo; nestas sociedades o desenvolvimento tecnológico ainda não era reconhecido e os trabalhos manuais assumiam papéis importantes. A partir do século XV e XVI o trabalho passa a exigir menos habilidades manuais por parte dos trabalhadores, exigindo cada vez mais qualificações por parte desses trabalhadores, visando sua competição no mercado de trabalho.

O discurso da classe dominante defende que a qualificação profissional do trabalhador, uma exigência do processo de modernização, propiciará as condições para sua inserção no mercado de trabalho.

Mesmo com a implantação de políticas públicas voltadas para os trabalhadores da cana, o que é uma necessidade incontestável, o Estado não resolverá os problemas sociais em sua totalidade, pois seu papel consiste em atender às necessidades do capital, que é a exploração do homem pelo homem, onde tudo deve se adequar as suas regras, inclusive o ser humano.

Como analisa Santos (2009, p. 13), trata-se de “[...] legislações que parecem abranger todos os direitos, mas que essencialmente existem para auxiliar na reprodução, acumulação e expansão capitalista, agora de forma mais organizada também no âmbito rural”.

Os problemas sociais relativos aos trabalhadores rurais e ao setor sucroalcooleiro não serão efetivamente solucionados no âmbito das políticas públicas, como alguns autores, a exemplo de Alves (2010), parece crer. Na verdade, eles tendem a ser adiados, pois a solução dessas contradições implicaria o fim do sistema capitalista, uma vez que fazem parte da estrutura do sistema capitalista. De acordo com Bertoldo (2009, p. 178),

[...] não se trata de fazer reformas visando à melhoria deste sistema social, pois esta é apenas uma forma paliativa de encaminhar a questão. Isto significa dizer que não é no âmbito da política que a problemática da humanidade será resolvida, e sim, somente com a dissolução da contradição entre capital e trabalho.

Na visão de Mészáros (2002), não há possibilidade das ações políticas do Estado interferirem e/ou modificarem a estrutura do capital, tendo em vista a sua incontornabilidade na atual sociedade. As crises estruturais do capitalismo possibilitam o seu fortalecimento e funcionamento no próprio sistema, alimentando-se a si mesmo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco. **Por que morrem os cortadores de cana?** Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=21279>> Acesso em: 19 de fev. de 2010.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo, BOITEMPO, 1991.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Usinas e destilarias de Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço.** Maceió, EDUFAL, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, Cortez, 1995.

BERNARDES, Júlio. **Exploração de trabalhadores no corte da cana continua mesmo com mecanização.** Disponível em: <<http://www.diariodasaude.com.br/news.php?article=exploracao-de-trabalhadores-no-corte-da-cana-continua-mesmo-com-mecanizacao&id=3217>> Acesso em: 22 de fev. de 2010.

BERTOLDO, Edna. **Trabalho e educação no Brasil: da centralidade do trabalho à centralidade da política.** Maceió, EDUFAL, 2009.

BERTOLDO, Edna. A miséria da educação. **Jornal Voz das Comunidades**, Brasil, nov. 2008, p. 11.

FRERES, Helena de Araújo. **A educação e a ideologia da empregabilidade: formando para o (des)emprego.** Fortaleza, 2008. Dissertação (mestrado em educação). Faculdade de educação (FACED), Universidade Federal do Ceará.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas.** São Paulo: Marco Zero, Brasília: MCT/CNPq, 1989.

MARX, K. A maquinaria e a indústria moderna. In: _____. **O capital**. Livro 1, vol. 1, 26 ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 425-572.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo à teoria de transição**. Tradução: Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

SANTOS, Antônio César de Holanda. **Expropriação do trabalho e escolarização do cortador de cana em Alagoas**. Maceió, 2009. Dissertação (mestrado em educação)- Centro de educação, Universidade Federal de Alagoas.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida et. al. **Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar**. Disponível em:
< <http://www.scielo.br/pdf/csp/v15n1/0044.pdf>> Acesso em: 23 de fev. 2010.

SILVA, Jane Marinho da; SILVA, Maria Fernanda da. **A modernização do setor sucroalcooleiro e a escolaridade de trabalhadores rurais cortadores de cana: algumas considerações**. 2009. 67 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.

ROSDOLSKY, Roman. O papel da maquinaria como condição material para a sociedade socialista. In: _____. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001, p. 353-361.